

SINTESPE

filiado a **CUT** FIA/S

Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de SC

Praça Olívio Amorim, nº 82 - Centro - Florianópolis/SC - CEP: 88020-090 - Fevereiro 2013 - (48) 3223-6097 / www.sintespe.org.br

5 DE MARÇO DE 2013 ASSEMBLEIA GERAL

Às 14 horas em frente ao Deinfra - Florianópolis/SC

Rua: Tenente Silveira, 168 - Centro - Antigo Prédio das Diretorias

Servidor: venha lutar pela Data Base

Governador Colombo cumpra a Lei:
reajuste Salarial

JÁ!



MT anula Normativa que autorizava o desconto dos servidores públicos

Sintespe atua pelo não desconto do Imposto

Pág.2

A luta segue até completa isonomia na Gratificação



Governo envia projeto de lei para Alesc que garante apenas 30% da Gratificação de Produtividade

Pág. 3

Descaso reflete no trabalho e na saúde dos servidores



Condições precárias de trabalho no IGP são denunciadas à Frente Parlamentar em Defesa da Saúde do Trabalhador

Pág. 2

SINDICATO continua na luta pela revogação da Lei das OSs

Pág. 4

SINTESPE convoca Convenção para composição de chapa

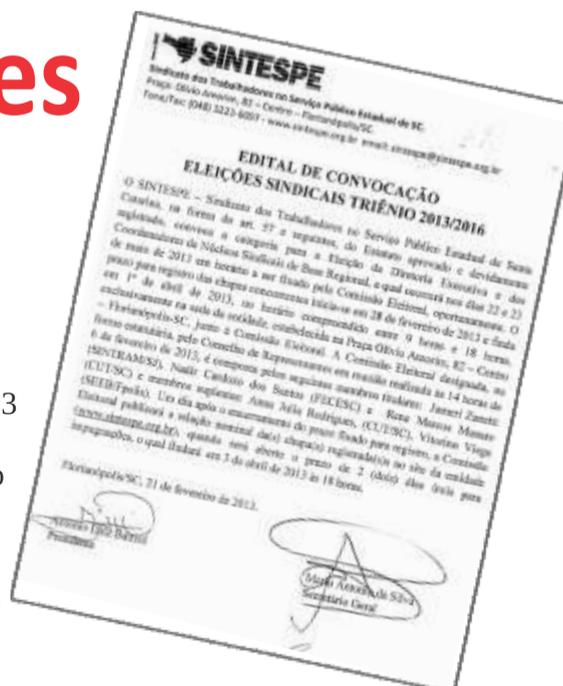
Pág.4

ELEIÇÕES

Convocação das Eleições no SINTESPE

Seguindo o que estabelece o Estatuto do SINTESPE, no dia 21 de fevereiro de 2013 foi lançado o Edital que fixa as eleições para Diretoria Executiva e para os Coordenadores dos Núcleos Sindicais de Base Regional, para os dias 22 e 23 de maio de 2013. No site do Sindicato, no endereço www.sintespe.org.br, constam na íntegra as normas estatutárias que regem as eleições, a composição da comissão eleitoral, os requerimentos para inscrição de chapas e todos os prazos a serem observados.

As inscrições de chapas deverão ser feitas junto a secretaria do SINTESPE, no período de 28 de fevereiro a 1º de abril de 2013, no horário das 9:00 às 18:00



IMPOSTO SINDICAL

MT anula Normativa que autorizava o desconto dos servidores públicos

Não há mais razão para o governo Colombo fazer o desconto do Imposto Sindical neste ano. Foi publicada no Diário Oficial da União, no dia 15 de janeiro de 2013, a Instrução Normativa nº 1, do Ministro do Trabalho Carlos Brizola, que anula a obrigatoriedade do recolhimento do Imposto Sindical dos servidores e empregados públicos.

Esta atitude do Ministro Carlos Brizola é o reconhecimento de que não é possível aplicar a legislação da CLT que estabelece o Imposto Sindical para os trabalhadores da iniciativa privada, ao conjunto dos trabalhadores no serviço público.

O SINTESPE esta cobrando do governo que não faça o desconto na folha de pagamento do próximo mês de março. Esta posição a diretoria do Sindicato levou ao Procurador Geral do Estado em reunião realizada no dia 26 de fevereiro.

O SINTESPE reforça que é contrário ao Imposto Sindical, pois as finanças de uma organização sindical não pode ficar vinculada a legislação tributária da União. A liberdade e autono-

mia sindical, exige que o movimento sindical não deve ficar vinculado a estrutura do Estado.

Cabe ao governador Colombo cumprir a Instrução Normativa editada pelo Ministro do Trabalho, cancelando já a autorização do desconto.

O SINTESPE conclama os servidores estaduais para reforçar a Assembleia do dia 5 de março, que também discutirá o desconto do Imposto Sindical.

SINTESPE reitera decisão de devolver o valor do "Imposto"

Os valores do Imposto Sindical descontados no ano passado foram devolvidos para vários setores que atenderam a solicitação do SINTESPE e remeteram a relação dos servidores do Órgão, com os respectivos valores e contas bancárias individualizadas. Os servidores que ainda não tiveram a devolução efetuada pertencem a Órgãos que somente no final de 2012 apresentaram os



Procurador João dos Passos (centro) recebe Sintespe, mas confirma a continuidade do desconto

dados necessários para que o SINTESPE proceda a devolução. Até o dia 10 de março o SINDICATO efetuará a devolução aos demais servidores ativos que ainda não receberam.

Importante destacar que a devolução do valor do "Imposto Sindical" é uma decisão da diretoria do SINTESPE e não se trata de uma obrigatoriedade e muito menos tem haver com questões de legalidade. A parte a ser devolvida corresponde a 60% do montante que foi repassado pelo Ministério do Trabalho, órgão federal responsável pelo gerenciamento dos valores arrecadados no Brasil do conjunto dos trabalhadores.

IGP

Descaso com Serviço Público reflete no trabalho e na saúde dos Servidores

O sucateamento do serviço público está cada vez mais visível em Santa Catarina e refletem diretamente nas condições de trabalho dos servidores públicos estaduais. No IGP os servidores auxiliares de medicina legal convivem diariamente com a precariedade de infraestrutura, falta de materiais básicos de trabalho e sem equipamentos de proteção individual e sem o direito de receber, inclusive, valores referentes à insalubridade. A falta de efetivo também é outra realidade, além da escala de trabalho de 24x 72 horas.

Em reunião dia 15 de fevereiro, no SINTESPE, os servidores repassaram à diretoria relatórios elaborados por eles sobre a realidade do IGP de Lages, Joinville, Balneário Camboriu e Florianópolis.

Como encaminhamento da reunião, o SINTESPE protoco-



Dep. Neodi Saretta recebe relatórios sobre o IGP

lou no dia 18, último, pedido de audiência com o diretor do IGP, Rodrigo Tasso para tratar do assunto, assim como no dia 21, os relatórios foram apresentados à Frente parlamentar em Defesa da Saúde do Trabalhador da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado estadual Neodi Saretta.

O deputado se comprometeu a contribuir na resolução dos problemas. De acordo com a assessoria do parlamentar, já em outubro passado, quando houve o lançamento da Frente, foram programados para esse próximo período 10 debates e/ou audiên-

cias envolvendo a saúde do trabalhador. Entre eles, uma audiência pública para debater a saúde e segurança do servidor público estadual que frequentemente convive com problemas de depressão e estresse.

Frente Parlamentar vai debater a situação

Quanto à situação dos servidores do IGP, a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde do Trabalhador se comprometeu a fazer quatro pedidos de informação ao Governo do Estado: um requerimento sobre a convocação de 24 concursados que aguardam ser chamados; informação com relação ao direito que os servidores têm de receber pela insalubridade; sobre a sentença judicial que fechou o IML em Joaçaba após denúncia da Vigilância Sanitária e sobre as políticas do Estado quanto à saúde e à segurança do servidor.

SJC

Estado de Greve dos Agentes Penitenciários continua

Reunidos em Assembleia Geral dos servidores da Secretaria de Justiça e Cidadania, dia 7 de fevereiro, agentes penitenciários decidiram pela continuidade do Estado de Greve, visto que o Governo do estado não atendeu às reivindicações urgentes da categoria.

O Governo vem sistematicamente se recusando a nomear os concursados de 2006 que manifestaram, judicialmente e em tempo hábil, o interesse na vaga. Somente com resolução definitiva será possível abrir novo concurso para a contratação de mais servidores nos sistemas penitenciário e socioeducativo.

Outro problema levantado pelos servidores é que a Progressão Funcional que o Governador garantiu por meio de Decreto não vem sendo cumprida cor-

retamente. Quem requereu a Progressão conseguiu avançar somente uma letra na tabela. É o caso do servidor Mateus, agente socioeducativo de Lages, que após quatro anos sem progressão na SJC e de 1680 horas de cursos para especialização só conseguiu aumentar uma letra.

Na Assembleia, o diretor Wolney Chucre informou sobre a participação do SINTESPE, na Assembléia da Fenaspem (Federação Nacional Servidores Penitenciários) que discutiu o veto do PLC 87 (porte de arma).

A Assembleia aprovou também a confecção de uma Carta Aberta à População sobre a crise na Segurança Pública que atingiu o Estado no último período. O documento pode ser lido no conteúdo de notícias na página do SINTESPE.

FOTO-DENÚNCIA

Descaso no Deinfra



Os servidores denunciam que neste governo nunca apareceu uma faxineira para o local. No setor de multa, a faixa de domínio é insalubre, com móveis antigos; o laboratório está inseguro com muitas rachaduras; o carro D20 tem mais de 23 anos de uso, sendo usada peça de ferro velho para sua manutenção uma vez que não se encontra mais para comprar. O SINTESPE continua percorrendo o Estado e relatando a situação encontrada nos outros locais.



CAMPANHA SALARIAL

NÃO AO CALOTE! Sintespe chama servidores à mobilização pela DATA-BASE

O SINTESPE convoca todos os servidores a comparecerem em Assembleia Geral estadual, dia 5 de março, às 14 horas, em frente ao Deinfra, na capital.

Com objetivo de preparar as mobilizações dos trabalhadores no Serviço Público Estadual de SC em torno da Data-Base, o Conselho de Representantes do Sintespe decidiu, em reunião, realizada dia 6 de fevereiro, no Sintespe, um calendário de atividades em torno da Campanha Salarial 2012-2013. O Conselho também deliberou sobre o processo eleitoral do Sintespe: a eleição da Comissão Eleitoral que vai guiar os andamentos da Eleição, a Convocação para Convenção Cutista, entre outros.

Entre as atividades programadas estão: reuniões com servidores e associações das categorias nos locais de trabalho e reunião ampliada com todos os Sindicatos de trabalhadores no serviço público estadual e a Central Única dos Trabalhadores.

A unidade com outras categorias de servidores é outro foco da Campanha, já que a Lei 15695/2011 contempla todas as categorias dos servidores, “Queremos chegar em março organizados”. Por isso a importância de manter ações unificadas em torno da Data-Base”, afirma Antônio Luiz Battisti, presidente do Sintespe, durante a primeira reunião ampliada em torno da Data Base realizada dia 15 de fevereiro. Além de representantes do SINTESPE, o presidente da CUT-SC e representantes de associações de servidores da

FATMA, do Iprev, da Sec. Assistência Social, do Sinpol estiveram presentes.

Rosana Goulart, presidente da Associação dos Servidores da FATMA, reclama da falta de um plano de cargos e vencimentos decente. “Nossa folha está baseada em gratificações e estamos sem um plano de cargos e salários decente. Nossa tabela de vencimentos é uma vergonha. Onde já se viu pessoas trabalhando há 20, 30 anos no Estado com um salário de 900 ou 1200 reais?”

Neudi Giachini, presidente da CUT Santa Catarina, analisa que esse Governo não governou nem para a sociedade e nem para o servidor. Neudi reforça a necessidade de o movimento sindical “ganhar corpo” nas mobilizações e diz que o impeachment do governador também está em discussão.

O ano de 2013 inicia-se com servidores em movimento pelo direito do reajuste e por outros itens praticamente permanentes em nossa pauta de reivindicações como a reposição das perdas salariais, atualmente somadas em aproximadamente 40%, desde 2006; pagamento integral de 100% da GAF a todos os servidores, inclusive aos que atualmente não recebem nenhum índice de Gratificação; novo plano de cargos e vencimentos; aumento do vale-alimentação, entre outros.



Reunião ampliada com associações de servidores da Grande Florianópolis, dia 16, reforça a importância da luta

Governo Colombo quer enganar servidores

Dia 30 de janeiro, o governador Raimundo Colombo, confirmou o calote: neste ano 2013, não será feita a revisão geral do índice da inflação no vencimento dos servidores públicos estaduais.

A notícia foi dada pelos Secretários da Fazenda e da Administração, Antônio Gavazzoni e Derly M. de Anunciação que alegam que a receita do Estado está próxima do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal: em 46,46%. Na verdade, a LRF permite ao Governo ter despesas com pessoa de até 49% da Receita Corrente Líquida. Além disso, a LRF considera, nos artigos 22, parágrafo único I e no artigo 71, a revisão

anual como exceção ao cumprimento do limite de despesa.

Mandado de Segurança

Em 18 de janeiro, o Sintespe impetrou Mandado de Segurança Coletivo na Justiça Estadual, visando garantir a concessão da revisão geral nos vencimentos conforme o índice da inflação. O valor calculado pelo IBGE é de 6,20%.

No dia 21, o Desembargador Nelson Shaeffer estipulou em seu despacho o prazo de dez dias para que o governador e o Secretário de Administração. Até o fechamento desta edição, a direção do Sintespe não teve acesso à resposta do Governo, e nem resposta da Justiça.

Calendário de atividades organiza categoria

19/02- Reunião no IPREV

25/02- Reunião na Fesporte e Reunião Ampliada com Associações e Sindicatos do Setor Público

26/02- Reunião na Jucesc e Reunião na FATMA

27/02- Reunião Biblioteca Pública

28/02 - Reunião Ampliada com Sindicatos e CUT-SC e Reunião Secretaria de Assistência Social

ANALISTAS TÉCNICOS EM EDUCAÇÃO

A luta segue até completa isonomia na Gratificação

Após muita luta e mobilização dos servidores Analistas Técnicos em Gestão de Educação das unidades de educação do Estado pela isonomia na Gratificação de Produtividade equivalente a 60% da GAF a todos os Analistas, o governo do Estado enviou, dia 20 de fevereiro, o Projeto de Lei Complementar (PLC) à Assembleia Legislativa que dispõe sobre a Gratificação de Produtividade de apenas 30% aos que nada recebiam.

Além de tratar da Gratificação dos Analistas, que prevê ser paga em duas parcelas, o PLC também modifica o valor de ven-

cimento do Magistério Público Estadual e entrou no Parlamento em regime de urgência. Antes de ir à votação em Plenário, o Projeto encaminhado deve ser analisado primeiramente pela Comissão de Constituição e Justiça, após pela Comissão de Finanças e Tributação e por último pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Dia 26 de fevereiro, o Secretário de Educação, Eduardo Deschamps recebeu em audiência, o presidente e a vice-presidenta do SINTESPE, Antônio Battisti e Maria Cláudia Oliveira dos Santos, respectivamente, e uma

comissão de representantes dos ATGEs vindos de diferentes unidades educacionais. Também estavam presentes o coordenador do CONER, Décio Vargas, e Lúcia Gorges. Na oportunidade, o Secretário de Educação, Eduardo Deschamps, prometeu que o restante da Gratificação de Produtividade estará garantido em novo projeto da Educação que será enviado à Alesc até abril.

Embora tardia, a resposta do Secretário sobre nossa reivindicação veio, analisa Battisti.

Sobre a progressão funcional e os triênios que não estão sendo

incluídos na folha dos servidores, Décio Vargas disse que mais de 15 mil servidores, de diferentes órgãos, enfrentam esse mesmo problema, mas o Governo está tentando resolver.

O próximo passo será aguardar tanto a aprovação do PLC 04.0/2013 na Alesc, como também aguardar documento



Secretário recebe Comissão de ATGEs e SINTESPE

por escrito em que o Secretário afirmando o compromisso assumido de pagar até 2014 os 30% restantes.

CONVENÇÃO CUTISTA

SINTESPE convoca Convenção para composição de chapa

Deste a sua fundação o SINTESPE tem uma tradição de buscar a unidade do conjunto dos servidores para fazer frente as ameaças de corte de direitos, na defesa das reivindicações e contra os planos de privatizações e desmontes dos serviços públicos. Se alguém olhar para trás, lembrará que em todos os momentos em que os servidores foram à luta de forma unida houve avanços e vitórias. Na divisão e no isolamento das categorias quem sempre ganha é o governo.

A realidade enfrentada pelos servidores em todos os órgãos públicos tem sido a mesma: falta de perspectiva de carreira, lotea-

mento de cargos comissionados, desmandos etc. Por isto, apostar na divisão é entrar no time do governo, é jogar contra os interesses históricos da categoria.

Mesmo quando o direito esta previsto em lei, mesmo assim é necessária a união do conjunto dos servidores para forçar o governo pagar o que deve. Os exemplos recentes são a database que o governador Colombo não quer pagar e as promoções por tempo de serviço que em vários Órgãos não vem sendo implementadas.

É nesse cenário que acontecerão as eleições para Diretoria Executiva e para os Coordenadores dos Núcleos Sindicais de

Base do SINTESPE.

A atual diretoria do SINTESPE tem o compromisso de fazer discussão ampla e aberta, para definir a composição da chapa que irá disputar as eleições previstas para os dias 22 e 23 de maio próximo. Neste sentido programou para o dia 21 de março uma reunião com todos os servidores interessados, reunião esta intitulada de Convenção Cutista, que terá início às 14 horas, no auditório do SINTESPE, em Florianópolis.

Neste sentido, a Resolução aprovada em reunião do Conselho de Representantes do SINTESPE, definiu: a) que a Convenção Cutista primará

pela composição de uma chapa para uma nova direção para o nosso sindicato de maneira coletiva e democrática; b) que esta chapa deve incorporar em seu programa as experiências da categoria, devidamente expressas nas resoluções de seu último Congresso; c) que devido à sua filiação do SINTESPE à CUT (o que liga nosso sindicato à luta dos demais servidores públicos e trabalhadores do estado e do país) a direção da Central Única será chamada a se integrar e ajudar no processo.



Conselho de Representantes define Convenção e Comissão Eleitoral

CONVENÇÃO CUTISTA
Dia 21 de Março
Hora: 14 h
Local: SINTESPE

NÃO ÀS PRIVATIZAÇÕES

Pela Revogação da Lei das OSs

O descaso do Governo de Raimundo Colombo quanto à qualidade dos serviços públicos tem um objetivo: o desmonte do Estado para então privatizar e terceirizar os bens e serviços, inclusive essenciais à população. Em continuidade da luta pela defesa dos serviços públicos e aos encaminhamentos do 2º Encontro Nacional pela Revogação da Lei das Organizações Sociais, realizado em novembro passado, o Comitê Nacional pela Revogação da Lei nº 9637/98 está organizando suas reuniões em dife-

rentes estados para este ano. Em março, a diretora do Sintespe e integrante do Comitê Nacional, Marileia Gomes, vai representar o Sindicato em reunião em Goiás. Florianópolis vai sediar a terceira reunião anual do Comitê, em abril.

Prevista para acontecer também em abril, a Terceira Marcha dos Catarinenses também vai pautar a Revogação da Lei das OSs.

O Sintespe esteve representado pelo diretor Wolney Chucre na primeira reunião da Frente

Nacional contra a Privatização na Saúde, em janeiro, no Rio de Janeiro. A Frente vai organizar para o mês de junho uma reunião na capital de SC. Desde 2010, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 1923) proposta pelo Partido dos Trabalhadores e do Partido Democrático Trabalhista aguarda apreciação no Supremo Tribunal Federal. AADIN começou a ser julgada em 2011, e após pedido de vistas do ministro Luis Fux está parada no Supremo

MARCHA A BRASÍLIA

6 de Março: Todos juntos na defesa das reivindicações dos trabalhadores, contra as privatizações

Para cobrar do Governo Federal políticas voltadas para o Desenvolvimento, a Cidadania e a Valorização do Trabalho, o Sintespe vai integrar a Marcha Nacional dos Trabalhadores a Brasília junto às centrais sindicais e movimentos sociais que acontece dia 6 de março.

De Santa Catarina vão partir cinco ônibus de diferentes regiões, disponibilizados pela CUT-SC.

Reivindicações comuns

A mobilização convoca trabalhadores da cidade e do campo para lutar por uma pauta que contempla e bandeiras amplas. Defesa da redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem cortes nos salários. Com

maior tempo livre, o trabalhador terá maior qualidade de vida e melhor desempenho no trabalho. Contra o Fator Previdenciário, pois o trabalhador contribui pelo teto durante anos e, quando se aposenta, o governo aplica redutor no cálculo e o valor da aposentadoria reduz até 40%, um desrespeito com a classe trabalhadora.

Defesa dos serviços públicos com ampliação dos investimentos públicos: o repasse de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação é prioritário para garantir a qualidade do ensino e a valorização dos profissionais; 10% do PIB para saúde, contra as privatizações disfarçadas por meio das OS's. A Mar-

cha contempla ainda a luta pela negociação coletiva no setor público, reforma agrária, combate à demissão imotivada, valorização das aposentadorias e igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, com salário igual para trabalho igual.

Mulheres na Marcha:

Em comemoração ao 8 de março, Dia Internacional da Mulher, as mulheres devem marcar sua presença na atividade, participando das caravanas organizadas a partir das Regionais da CUT-SC. O objetivo é reforçar a luta por igualdade de gênero, salário igual para trabalho igual e pelo fim da violência doméstica contra o a mulher.

Portuários em Estado de Greve

Em protesto à Medida Provisória 595/2012 do Governo Federal, que reestrutura os portos brasileiros, e exigindo a negociação sobre a MP, 30 mil trabalhadores portuários paralisaram as atividades no país dia 22 de fevereiro, mas continuam em Estado de Greve. Após a paralisação, o Governo aceitou negociar e se comprometeu, durante reunião, dia 22, com entidades de organização dos trabalhadores de que até 15 de março não vai abrir qualquer licitação sobre os portos. Caso deixe de cumprir o acordo, haverá nova paralisação.

Além de retirar e flexibilizar direitos dos trabalhadores, a MP esvazia a função das autoridades portuárias e diminui as garantias de proteção aos portuários, bem como libera para terminais privados, fora da área do porto organizado, a movimentação de cargas de terceiros.

O Sintespe apoia a luta pela retirada da MP da pauta do Congresso.

BALANCETE

Demonstrativo de Receita e Despesas

RECEITA	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Mensalidade de Associados	139.592,45	286.446,28
Receitas de Precatórios	764,43	650,87
Receita de Aplicações	2.451,39	1.142,38
TOTAL DAS RECEITAS	142.808,27	288.239,53
DESPESA		
PESSOAL E ENCARGOS	51.393,36	87.549,79
DESPESAS GERAIS		
Água e Esgoto	250,04	228,58
Alimentação/Refeições	994,00	878,00
Serviços de cartório	-	66,30
Combustíveis e Lubrificantes	316,66	181,00
Correios e Malotes	128,65	98,25
Energia elétrica	630,65	698,81
Serviços de Limpeza	344,00	172,00
Fotocópias	-	240,90
Honorários Profissionais	2.000,00	2.000,00
Impostos e Taxas Diversas	319,56	10,72
Manutenção em Programas	1.226,64	1.073,74
Manutenção em Veículos	60,00	180,00
Manutenção e Reparos	187,00	195,00
Material de Expediente	-	2.970,13
Material de Higiene	61,75	387,40
Outras Despesas	350,00	131,59
Segurança do Patrimônio	161,29	161,29
Seguros	1.467,19	1.019,87
Telefones e demais comunicações	3.165,85	2.268,08
Tarifas Bancárias	162,16	295,36
IMPRENSA E DIVULGAÇÃO		
- Livros/Jornais/Revistas	408,10	364,60
- Faixas/Cartazes	644,00	200,00
- Rádios/TV/Som/etc	1.580,00	1.457,14
ATIVIDADES SINDICAIS		
- Viagens/Estádias/Passagens	1.599,66	1.880,69
- Complemento Salarial	2.396,07	1.104,28
- Contribuição a CUT	13.351,47	-
- DIESSE	543,73	543,73
- Doações	-	-
ASSESSORIA JURÍDICA/CUSTAS/CÁLCULOS	10.146,09	26.956,69
DIRETORIA E REPRESENTANTES		
- Alimentação/Hospedagem/Passagens/Locação Transporte	35.843,07	30.142,70
- Combustíveis e Lubrificantes	1.579,57	2.218,22
DELEGACIA REGIONAL DE LAGES	2.243,50	1.882,95
DELEGACIA REGIONAL DE CHAPECÓ	1.840,30	1.118,34
DELEGACIA REGIONAL DE JOINVILLE	1.980,31	2.097,28
SALA CRUCIÚMA	429,80	434,80
TOTAL DAS DESPESAS	137.804,47	171.208,23